

## A aclamação de D. João IV na Bahia

Wolfgang Lenk  
Instituto de Economia / UFU  
wlenk@ie.ufu.br

O atentado que terminou com Miguel de Vasconcellos e Brito, defenestrado do paço real a 01 de dezembro de 1640, rompeu o tendão principal do governo madrilenho de Portugal. O duque de Bragança havia assentido, não sem hesitar, com sua elevação ao trono pelo pequeno grupo golpista, e foi coroado duas semanas depois. De início, ainda era uma empresa de futuro incerto, e apesar do impacto imediato no combalido poder espanhol, muitos não apostavam no sucesso da Restauração portuguesa. O Conde-Duque de Olivares, ao saber da notícia, teria procurado o Rei para comunicar “boas novas”: o vasto ducado dos Bragança seria logo incorporado à Coroa. “Estamos em situação de o poder privar dele, sem nos ser necessário mais que um dia”, continuou. Por todos os lados, disseram que D. João seria mais um “Rei de um inverno”. Lembraram de outra defenestração, em Praga, que em 1618 lançou o eleitor do Palatinado ao trono do Sacro Império Romano-Germânico, apenas para cair diante do exército católico um ano depois (COSTA e CUNHA, 2006, p. 274).

De fato, a aclamação em Lisboa foi seguida por apreensão e angústia. Embora a transição dos postos militares e das fortalezas pelo Reino tenha ocorrido pacificamente, com exceção do presídio açoriano (comandado por um castelhano), foi preciso aguardar a confirmação das principais cidades e seus governantes. A grande maioria do país estava pega de surpresa, muitos hesitavam em aderir, tantos outros aderiram por força das circunstâncias, desgostosamente. A máquina castelhana tinha seus braços em todo o Reino, ainda mais que D. João confirmava os titulares de postos administrativos, limitando-se a renomear posições de quem estava ausente em Castela.<sup>1</sup> O novo monarca

---

<sup>1</sup> A prática se estendeu à confirmação das mercês de patentes nas colônias concedidas por Filipe IV. Mesmo promessas feitas por Madri contra a prestação de serviços à Coroa de Castela foram cumpridas, se o requerente tivesse depois permanecido com o Bragança. (Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, n. 924, 928, 936).

mal tinha conhecimento daqueles que eram de se confiar e daqueles que davam lances em sua cabeça.

A mesma insegurança, talvez até maior, existia em relação à atitude que o Império colonial tomaria diante da notícia. Do Brasil, em específico, parecia ter D. Filipe mais confiança na lealdade que D. João. A cabeça do Estado era governada por D. Jorge Mascarenhas, um veterano que ascendera da aviltante proto-fidalguia graças à política nobiliárquica dos Filipes, dos quais fora um vassalo fiel e prestativo. Foi governador de Mazagão em 1615, onde perdeu um filho. Ocupou a presidência da Câmara de Lisboa em 1624. Quatro anos depois, recebeu o recém-criado condado de Castelo-Novo. Entre 1630 e 1633, Mascarenhas foi uma peça importante de Olivares, nomeado como um dos interventores da “Junta da Fazenda”, que administrariam assuntos como o apresto de armadas e a tributação no reino passando por cima das instituições do governo português. Se o golpe da restauração tivesse ocorrido naqueles anos, ele é que provavelmente seria assassinado (JOYCE JR., 1974, p. 236; LENK, 2009, p. 164).

Quando estava à frente do governo do Brasil, em 1640, era Vice-Rei e Marquês de Montalvão – títulos que recebeu muito provavelmente para que Salvador fosse governada por um nobre de grande estatura como o Recife, que fora entregue pela *W.I.C.* a um conde de casa importantíssima e primo em segundo grau do *Stathouder* holandês.<sup>2</sup> Mais ao sul, no Rio de Janeiro, o capitão era Salvador de Sá e Benevides, mergulhado até os bigodes em interesses platinos. Servira a monarquia no combate a ameríndios na bacia do Prata, onde arranjou para si um casamento com a herdeira de uma vasta fortuna crioula. Esteve em Potosí em meados de 1630, conheceu o caminho dos peruleiros até Buenos Aires. É uma personagem simbólica do que era a integração dos impérios ibéricos, a penetração dos mercados da prata pelo comércio escravista. Esperava-se que os interesses de Montalvão, em sua casa e seus títulos, e os de Salvador de Sá, no tráfico platino, seriam suficientes para que a colônia aderisse ao embargo contra os rebeldes de Portugal, asfixiando economicamente o movimento sedicioso.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelarias, Filipe III, lv. 11, fl. 22; lv. 18, fl. 276; Veja-se também: (PUNTONI, 2004).

<sup>3</sup> Escrevia o primogênio de Montalvão, em Ayamonte, ao seu pai: “Lembro a V. Ex<sup>a</sup>. que convém muito não despachar navios nenhuns a Portugal, e cá muitos; porque lhe tiramos a sustância por todos os caminhos”. “Carta de D. Pedro Mascarenhas, filho mayor do Marquês de Montalvão, que nesse tempo estava governando o Brasil, mandada ao dito seu pay e escrita de Niebla a 12 de fevereiro de 1641, depois da sua fugida para Castela” e outras cartas, Biblioteca de Coimbra, Códice 38, fls. 234-79. Veja-se também: (BOXER, 1952; ALENCASTRO, 2000; VALLADARES, 2006, p. 45). João-Maurício de

Mas isso não ocorreu. Quando a notícia da dezoimbrada restauradora chegou em Salvador, em 15 de fevereiro de 1641, Montalvão portou-se com grande habilidade – porém, em favor de D. João. A história é bastante conhecida. O correio veio a Salvador em uma caravela, mas o mestre veio sozinho à terra e estranhamente ordenou-a de volta ao mar. Sozinho, procurou o governador para entregar a carta do rei aclamado. Montalvão acautelou-se, já que havia grande quantidade de castelhanos e outros vassallos de Madri ente os soldados. Um a um, os principais moradores foram chamados ao encontro do governador, que comunicava pessoalmente novidade, de modo a não se alastrar prematuramente a notícia. Depois de parlamentar com esse grupo restrito, Montalvão atestou pela unanimidade em favor de D. João, que foi ali mesmo aclamado como o legítimo monarca. Enquanto isso, havia-se já ordenado a prontidão das companhias da gente portuguesa do presídio, enquanto os terços de Nápoles e Castela permaneceram aquartelados. À frente da guarnição, o governador e demais oficiais da Coroa e Câmara da Bahia desfilaram pela cidade em direção à Sé, onde o bispo Pedro da Silva tirou-lhes o juramento de fidelidade à D. João IV, rei de Portugal. Castelhanos e italianos foram desarmados sem incidentes, para depois embarcar rumo às Índias de Castela. Lavradas as atas, Montalvão despachou para as demais capitânicas do Estado o relato do acontecido, sugerindo a mesma cautela na condução de tais alterações. À Lisboa, partiram com a notícia dois jesuítas, Antônio Vieira um deles, e o próprio filho do governador, D. Francisco. Até março e abril, as povoações no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em São Vicente estariam todas fiéis ao novo regime (PITA, 1976, p. 138; RUY, 1949, p. 17; BOXER, 1952, 144-6).<sup>4</sup>

Neste ínterim, o Marquês de Montalvão também foi deposto. A desconfiança em Lisboa era geral, e D. João havia fechado as fronteiras do Reino para passagens não autorizadas. Porém, dois dos filhos do vice-rei, D. Pedro e D. Jerónimo, conseguiram escapar sigilosamente de Portugal em um bergantim, durante a noite. A suspeita recaía sobre toda a família, e o monarca não estava para se arriscar. No escuro, sem saber da aclamação em Salvador, D. João enviou o jesuíta Francisco de Vilhena, com provisão que nomeava três governadores interinos para a colônia: o bispo D. Pedro da Silva, o mestre-de-campo Luís Barbalho e Lourenço de Brito Correia, “porquanto convém a

---

Nassau, por exemplo, calculava que no Rio de Janeiro tais interesses garantiriam a lealdade aos Habsburgo. (MELLO, 2006, p. 126).

<sup>4</sup> Documentos Históricas do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, v. II, p. 09-10; AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, n. 1199;.

meu serviço dar nova forma de governo ao estado do Brasil por a minha confiança”. Segundo a versão popularizada por Afonso Ruy, uma vez na Bahia, o jesuíta e os nomeados conspiraram para derrubar o Marquês, com a carta régia em seu favor (RUY, 1949, p. 174). É verdade que não havia motivo para suspeita, pois a transição do regime havia se realizado sem grandes incidentes. Não há registro seguro de quaisquer manobra do vice-rei contra D. João; pelo contrário, ao enviar o próprio filho como portador de notícias ao monarca, ele sinalizava comprometimento com o novo regime.

Contudo, uma fragata de Sevilha havia arribado na Bahia com cartas comprometedoras de sua esposa (curiosamente, chamada Francisca de Vilhena) e seus filhos leais a D. Filipe. Teriam sido interceptadas por Lourenço de Britto Correia.<sup>5</sup> Diante de tais acontecimentos, Montalvão não ofereceu resistência. Mais tarde, Ericeira escreveria que “foi a marquesa, como sempre se entendeu, a causa total da ruína de seu marido”. A transição da posse do governo aconteceu normalmente, a 16 de abril de 1641. D. Jorge retirou-se ao convento dos jesuítas, na espera de ocasião para embarcar. Nos dias seguintes, a junta trina ordenou sua prisão, mais a de dois de seus associados (o mestre-de-campo João Mendes de Vasconcellos e o sargento-mór Diogo Gomes de Figueredo). Foram soltos dois homens que estavam na cadeia (um deles, pelo assassinato de um rival) – tudo a indicar um verdadeiro movimento contra o vice-rei, que foi enviado a ferros para Portugal em um fretado britânico (que ele mesmo teve de pagar). Anos depois, a Coroa responsabilizaria a Lourenço de Brito Correia pelo golpe, e este seria por isso aprisionado por alguns anos.<sup>6</sup>

Todavia, ainda que Montalvão tenha sido deposto como decorrência da restauração em Portugal, deve-se ressaltar que o golpe foi movido por uma disputa interna à política soteropolitana, associada à insegurança e ao desconhecimento de D. João do que acontecia na Bahia. Jamais, entretanto, configurou-se um partido castelhano nas colônias, com o que a lealdade que Madri esperava dos quadros ali empregados mostrou-se ilusória. Nem o Mascarenhas, nem o Benevides cogitaram arriscar o

---

<sup>5</sup> “Carta da Marquesa de Montalvão ao Marquês seu marido Vice Rey do Brasil, que o governador Lourenço de Britto Correia tomou na Bahia do mesmo Estado na fragata mandada de Sevilha em que iam juntamente as de seus filhos mandadas de Lisboa”, Biblioteca de Coimbra (BC), Códice 537, fl 261v e segs; “Carta de D. Pedro Mascarenhas, filho mayor do Marquês de Montalvão, que nesse tempo estava governando o Brasil, mandada ao dito seu pay e escrita de Niebla a 12 de fevereiro de 1641, depois da sua fugida para Castela” e outras cartas, BC, Códice 38, fls. 234-79.

<sup>6</sup> Cartas da Câmara a D. João IV, 02/1641 (Arquivo Histórico do Município de Salvador (AHMS), Cartas do Senado, lv. 1, fls. 13v em diante); AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, n. 940, 1680.

pescoço em nome dos Filipes. Certamente, aquiescer à rebelião portuguesa também era um risco considerável: implicava em ato de grave insubordinação. Contudo, o cálculo de ambos resultou em aposta na aclamação. Não sabiam (alguém sabia?) o que se passava na península. Tinham pouca notícia de Madri, que também falhou no apresto de uma força que apoiaria os partidários de Castela no Brasil. Sabe-se apenas de um correio, enviado em 05 de janeiro, e da fragata que levou as cartas dos Mascarenhas ao pai. D. João teve todos os meios para comunicar-se com a colônia sempre antes que D. Filipe.<sup>7</sup>

A resistência filipina nos Açores é bom exemplo da fragilidade da opção por Castela. O comandante do forte de São Filipe, na Terceira, leal à D. Filipe, sequer conseguiu comunicar-se com Madri. Ninguém no porto se dispôs à ingrata tarefa. O capitão tentou aliciar um patacho de ingleses (que estavam ainda aliados ao Habsburgo) para levar cartas até Cádiz. O piloto e a tripulação levaram a correspondência até a Câmara, oferecendo-se para desencaminhá-las até Lisboa (VALLADARES, 2006, p. 50).<sup>8</sup> Não houve aventura semelhante no Brasil. O Marquês de Montalvão fora muito bem tratado pelos Filipes – como, aliás, o próprio duque de Bragança. Mas os títulos que havia acumulado para o patrimônio estavam em Portugal. O bom serviço e as boas recompensas do passado não garantiram sua lealdade. Por sua vez, Salvador de Sá buscou deixar o risco por conta de seus parceiros no Prata, convidando-os a juntar-se ao movimento português. Ele, pessoalmente, não quis se arriscar. Por via das dúvidas, também seria destituído do cargo por D. João IV naquele ano (BOXER, 1952, p. 148).<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Em toda aquela correspondência, aliás, a certeza de que Montalvão tomaria o partido de Madri parece esconder a insegurança quanto a quais haveriam de ser suas verdadeiras intenções. Busca-se enaltecer a lealdade e o valor de D. Jorge a cada oportunidade, mas há dúvida nas palavras da Marquesa: “se nesta ocasião vos esquecerdes das obrigações que me tendes e do que tenho feito por vós, parece que faltareis aí de honrado”. Por outro lado, jogava-se com desinformação, como tentativa de ameaçar os responsáveis pelo governo do Brasil: os reinos da Espanha já mobilizavam quatro exércitos contra Portugal, uma frota estava pronta para boquear o Tejo, os traidores já tinham a cabeça a prêmio, etc. D. Pedro ainda acena com a posse que tinha de muitos papéis de Miguel de Vasconcellos, que fora um inimigo de Montalvão (como também de Villahermosa, outro dos infiltrados de Olivares no apresto de armadas para o Brasil). Dizia que “nelas se descobrem as maiores tramóias e maldades que jamais se imaginaram”, o que considerava um “tesouro” com que manobrar na política da corte. Se o Marquês garantisse a fidelidade do Brasil, acreditava que poderiam incorporar muito do estado dos Bragança e receber “tamanhas mercês” que se tornariam senhores da maior casa de toda a Espanha. Vide “Carta da Marquesa de Montalvão” e “Carta de D. Pedro Mascarenhas”, op.cit.

<sup>8</sup> AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, n. 931.

<sup>9</sup> No império espanhol, igualmente, as maiorias em cada localidade buscaram isolar a população portuguesa. Os casos de Cartagena e Buenos Aires são bem conhecidos. Em Nova Espanha, há mesmo um “anti-Montalvão”: o governador D. Diego Lopez Pacheco era primo de D. João IV, o que foi usado pelo bispo local na sua deposição. Em todo o império, apenas Ceuta e Tânger, dependentes de abastecimento da península, mantiveram-se leais a Madri. Veja-se também: (SCHWARTZ, 1993).

Por sua vez, havia no Brasil (e na Bahia, especificamente) elementos importantes em articulação a favor de D. João. A começar pela Companhia de Jesus, onipresente (ainda que, em certo sentido, marginalizada) no território colonial. Se na repartição meridional do Estado os inacianos estavam acuados pela reação ao breve de Urbano VIII, reiterando a proibição do escravização de ameríndios, na Bahia ainda tinham muita força. A administração dos aldeamentos significava o controle de um contingente disponível ao recrutamento militar, fundamental na guerra cotidiana da escravidão negra, além do que uma reserva de trabalho para fortificações e demais obras na capitania. Vêmo-los interferindo em assuntos vários do governo, inclusive a fazer peso dentro da administração pelo pronto pagamento de ordenados da folha eclesiástica, em tempos onde todo o dinheiro era pouco para o provimento da defesa. Ei-los, depois, a disputar com o ouvidor geral pela administração da herança de uma cristã-nova, assassinada. Estavam no pau-brasil, para o arrepio dos contratos assinados em Lisboa, sob a égide do estanco régio. Finalmente, destacavam-se entre os senhores do açúcar com o engenho em Sergipe do conde, a “rainha do Recôncavo”.<sup>10</sup> Na costura da aclamação do Bragança na colônia, os padres da Companhia estiveram em todos os lados: um deles foi incumbido de garantir a lealdade na Bahia, enquanto outros dois voltavam com as notícias do seu sucesso; foram também jesuítas que levaram os avisos ao Rio de Janeiro e ao Espírito Santo (RUY, 1949, p. 174). Note-se que, meses antes do 1º de dezembro de 1640, Antônio Vieira já usava o púlpito contra Madri. Citava Camões abertamente, o que, segundo Calmon, era atitude temerária. Em maio, enquanto a esquadra de Lichthart fazia arder o Recôncavo, Vieira dispensou meias-palavras:

Ocorre aqui ao pensamento o que não é lícito sair à língua; e não falta quem discorra tacitamente, que a causa desta diferença tão notável [entre as vitórias de Manuel I João III e as derrotas dos Filipes] foi a mudança de monarquia (VIEIRA, 1938, p. 92-110).

O tom nativista nesse discurso é nítido. Antônio Vieira pavimentava o caminho para legitimar a sublevação bragantina: durante o governo dos Áustrias, havia-se usurpado a Coroa pela herança ilegítima do trono por príncipes estrangeiros, que ademais falhavam em proteger seus vassallos; pelo contrário, eram muitos os flagrantes de tirania (FRANÇA, 1997, p. 272). Entre os habitantes da Bahia, permaneceram certos registros, esporádicos, de uma aspiração à lusitanidade de se ter “rei português”, ou “rei

---

<sup>10</sup> Alguns exemplos pode-se encontrar em: AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, ns. 927, 966, 994, 1079, 1134, 1139, 1160; DHBN, v. 3, p. 05; v. 16, p. 167. Sobre o Sergipe do Conde, veja-se (FERLINI, 1980).

natural”; ou mesmo agir e “ser bom português”, clamar pela “pátria natural”. Em geral, são manifestações populares, igualmente freqüentes em Portugal, que todavia dividem espaço com regionalismos menores o sentimento de comunidade. (FREITAS, 2007, p. 40; <sup>11</sup> Certamente, não havia unanimidade. O episódio que supostamente envolveu Amador Bueno em Piratininga, cuja história parece ainda carecer de fontes mais confiáveis, não obstante indica alguma alteração entre os paulistas por conta da aclamação (ALENCASTRO, 2000, p. 367; MONTEIRO, 2002). Houve aquele colono que, no calor do argumento (as cachaças não estavam proibidas) chamou o ex-duque de “Rei de copas” diante do ouvidor-geral. Disse mais: que D. João era um “Rei de comédia”, se comparado ao “poder e governo d’El Rey de Castela”.<sup>12</sup> Todavia, esta parece ser uma atitude minoritária. Se nos fosse permitido um palpite, arriscaríamos que o grosso da rafaméia comungava de ilusões sebastianistas ou do “messianismo brigantino” que gravitava o processo da Restauração.

Isso, porém, diz muito pouco sobre a aclamação de D. João. Desde Aljubarrota, o povo sempre hostilizou, mais ou menos, o castelhano. Na Bahia, por volta de 1640, isso não seria diferente. Antes é necessário entender o arranjo de interesses que permitiu a mobilização deste sentimento popular e promoveu a mudança de monarquia sem oposições. Neste sentido, vale notar que a aclamação não foi seguida de um largo confisco de bens castelhanos na capitania. Menciona-se apenas o seqüestro de “uma terra de canas” de D. Miguel de Noronha, o 4º. conde de Linhares, que talvez tenha sido agregado à sua casa no casamento de Filipa de Sá, filha de Mem de Sá, com o 3º. conde. Além disso, três naus da Coroa de Castela foram apreendidas no porto. Em 1642, veio ordem à Bahia para arrestar os bens de Pedro de Baeça e demais participantes na conjura contra D. João. Não se logrou acesso à relação do ativos seqüestrados, realizada por Simão Álvares de la Penha. Mas há notícias de parte do confisco da fazenda de Marcos Fernandes Monsanto, um antigo mercador de artigos brasileiros: uma centena de caixas de açúcar de seus engenhos na Bahia e no Espírito Santo, e participação na propriedade de duas embarcações ancoradas em Salvador (uma delas, em parceria com Baeça). O provedor-mór aproveitou o confisco para financiar a armação dos navios (um

---

<sup>11</sup> Biblioteca do Palácio da Ajuda (BPA), 50-V-35, fl. 39-40; AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, n. 1111; Fernando Dores Costa é outro autor que logrou relativizar a presença de motivos nacionalistas as sedição portuguesa (COSTA, 2004).

<sup>12</sup> AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, n. 1589. No momento, o ouvidor-geral do Rio de Janeiro não considerou criminosa a declaração. Uma nova denúncia do insulto ocorreria muito tempo depois, junto à Relação da Bahia.

deles estava parado por três anos), nos quais embarcou para Lisboa caixas de açúcar da Fazenda Real, dos governadores da junta e de alguns moradores.<sup>13</sup> Embora não seja possível aferir o peso do grupo no setor produtivo, é visível a integração vertical de seus investimentos, do tráfico para o tráfico e a produção – como se viu, uma estratégia comum a uma série de cabedais ao longo da década de 1630, resultado da crise de comunicação marítima pela assédio da armada holandesa, a elevação nas taxas de frete, a diversificação e a concentração do capital no ramo (COSTA, 2002, p. 433; LENK, 2003, p. 147).

Não é o caso, portanto, de procurar como se posicionaram politicamente os agentes comerciais do trato açucareiro em 1640. Um escrutínio atento revelará que não há um posicionamento uníssono do grupo em prol de D. João, no início da sublevação. O que é possível perceber é que este capital diversificado, com um pé na economia do transporte, permitiu em alguns casos a fidelidade a Madrid. Naturalmente, temos em mente os agentes ligados aos banqueiros de Filipe IV. Por outro lado, a produção de açúcar na Bahia (se observada como um ramo autônomo) estava em oposição aos interesses do transporte. O senhor de engenho e o lavrador do Recôncavo dependiam da oferta estável daquele serviço (em certo sentido, um bem de exportação metropolitano, como já ressaltou Leonor Freire Costa), e tinham muito a perder com as taxas de frete daquele período turbulento, de concentração do capital mercantil.<sup>14</sup> Para estes (que incluem, aliás, os padres da Companhia), a Restauração significava a possibilidade de pacificação da rota comercial com Lisboa. O recado aparece no correio que a Câmara da Bahia enviou às demais municipalidades do Estado, no dia seguinte à aclamação, convocando todos a aderir à causa joanina:

O Marques de Montalvão, Vice Rey deste Estado, nos mostrou uma carta que teve d'El Rey Nosso Senhor D. João, que Deus guardem para reconhecermos, e jurarmos por verdadeiro Rey, e Senhor deste Reyno de Portugal, como na cidade de Lisboa foi jurado em 15 de dezembro, depois de o haver feito todo o Reyno, com tal união de ânimos, e vontade, que não ficou fortaleza nem presídio castelhano, que se não rendesse, pelo que podemos entender foi tudo obra da mão de Nosso Senhor, em que devemos confiar; veremos neste Reino os efeitos de sua bondade, *e particularmente neste Estado a quietação que nos falta*; e por que saibam que de nossa parte temos satisfeito com a nossa obrigação, pedimos a Vossas Mercês, com a confiança de ser esta terra cabeça deste Estado, que sigamos o

---

<sup>13</sup> AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, ns. 989, 990, 994, 1242; Carta régia a Antônio Teles da Silva, 04/05/1642, DHBN, v. 65, p. 319.

<sup>14</sup> “A oferta de transporte reconvertia-se numa das principais exportações do Reino para a colônia. O fator determinante desta ‘especialização’ radicava na escassez de serviços do gênero, nascida da constante dilapidação da frota” (COSTA, 2002, p. 435).



mesmo estilo que no Reino se usou, sendo tão geral a conformidade, e conhecimento do Reino, que em nenhuma parte foi preciso violência, para com isto ter todo este Estado merecimento e confiança, para esperar d'El Rey, Nosso Senhor as mercês, que de sua grandeza e amor paternal nos augura. Feita em Câmara na Cidade do Salvador aos 16 de fevereiro de 1641 (grifo nosso).<sup>15</sup>

Veja-se: “quietação” não é vitória. Não há aqui um chamado à luta, mas um pedido de apaziguamento. Aliás, vale mesmo levantar a dúvida: por que foi tão natural que, uma vez conhecido em Salvador o golpe da Restauração (cuja longevidade não se podia adivinhar), o governo soteropolitano tenha imediatamente comunicado o inimigo, em Pernambuco, das divisões internas à Espanha? O correio de Salvador, com notícias da aclamação, chegou em Recife a 14 de março. Ali também a mudança foi comemorada, sobretudo porque significava aos habitantes do Brasil Holandês e aos funcionários da WIC a possibilidade de paz, depois de dez anos de uma guerra custosa. Sobretudo, encetava-se o avanço das negociações em andamento, entre os governos de Salvador e Recife, pela concessão de quartel a prisioneiros de guerra (que eram assassinados de forma brutal) e pela suspensão de expedições incendiárias, contra engenhos e canaviais inimigos.

Desde que a guerra em Pernambuco azedara, as forças hispano-portuguesas, sob ordens expressas da Coroa, talavam a zona açucareira do Brasil Holandês a ferro e fogo, como um meio de privar a WIC dos lucros necessários ao financiamento da ocupação. Depois da retirada do exército para a Bahia, em 1637, era dali que partiam as expedições dos campanhistas, que marchavam por terra, escondiam-se entre moradores leais a Portugal, e aterrorizavam todos os demais. Com o fracasso das tentativas neerlandesas de controle da travessia do rio São Francisco, restou a alternativa de retaliação, pela marinha da WIC, contra os engenhos e canaviais da Bahia. Em abril e maio de 1640, uma esquadra comandada pelo almirante Lichthart destruiu 27 dos melhores engenhos do Recôncavo baiano (LENK, 2009, p. 63).

O saque e ruína de sítios da produção açucareira, fenômeno que Charles Boxer chamou de “incendiarismo”, tinha duas conseqüências excepcionalmente prejudiciais, além das necessidades gerais de reconstrução. A primeira era o roubo dos cobres do engenho, especialmente as caldeiras do setor de cozimento do caldo da cana. Cada caldeira usava entre vinte e cinco e quarenta arrobas daquele material; segundo o

---

<sup>15</sup> Carta da Câmara de Salvador às Câmaras da repartição do sul, 16/02/1641 (AHMS, Cartas do Senado, lv. 1, fl. 11).

cálculo de Frédéric Mauro, os “cobres” respondiam por onze por cento das despesas anuais do engenho, pouco mais do que a aquisição de escravos (BOXER, 1957, p. 88; (SCHWARTZ, 1988, p. 110; MAURO, 1979, v. I, p. 283). A segunda era a queimas dos canaviais. Evaldo Cabral, baseado no testemunho de Gaspar Dias Ferreira, mostra-nos que “o incêndio de um partido de cana destruía também as socas e ressocas, ‘de maneira que os canaviais de um engenho se podem extinguir num ano e não tornar a plantar-se em seis e, se não vier a semente de outra parte, não tornarão a ser canaviais em dez anos’. Em princípio, podia-se replantar tudo em um ano ou dois, ‘mas ainda não houve quem o pudesse fazer porque requer gasto imenso e excessivo número de cultivadores e outras despesas e impedimentos prolixos de relatar”’. (MELLO, 1998, p. 72).

Logo que tomou posse como vice-rei do Estado do Brasil, a 5 de junho, o marquês de Montalvão recebeu informação de que o conde havia proposto termos sobre a concessão de quartel a prisioneiros e o encerramento das operações incendiárias. Ao que indicam as muitas reclamações do “miserável estado” em que se encontrava a capitania, “saqueada e queimada”, a açucarocracia baiana não estava contente e era favorável aos termos propostos.<sup>16</sup> No púlpito, Antônio Vieira manifestava esse sentimento. O jesuíta lamentava a ingratidão divina com aqueles fiéis, e rogava que mostrasse misericórdia, além de justiça. Caso contrário, dizia, o Senhor se arrependeria, ao ver a perda da colônia para os hereges. Vieira também ironizou a elevação do título do governante, em meio à destruição em que a terra se encontrava, comparando-a a Inês de Castro: “pois a vemos levantada a vice-reino entre as mortalhas, bem se pode dizer por ela também: que depois de morta foi rainha” (VIEIRA, 1938, p. 630).

Montalvão acreditava (corretamente) que o acordo era prejudicial para os portugueses, pois o Brasil Holandês era muito mais vulnerável ao incendiarismo do que a Bahia. De fato, a fragilidade do primeiro estava no conhecimento pelo campanhista da população e dos matos de Pernambuco, enquanto a segunda sofria pela abertura de sua baía e suas bacias hidrográficas. Mas o campanhista movimentava-se e escondia-se em Pernambuco com mais facilidade que as esquarilhas holandesas na baía de Todos os Santos, na falta de um posto avançado.<sup>17</sup> Ademais, a WIC era sabidamente mais vulnerável a tais prejuízos que a Coroa de Portugal. Não obstante, a açucarocracia

---

<sup>16</sup> Atas da Câmara de Salvador, c.1640 (DHAM: CS, v. 1, p. 6-12).

<sup>17</sup> A produção açucareira na Bahia sofreria um segundo ataque, durante a guerra de restauração, e 23 engenhos foram novamente incendiados em 1649. Ainda assim, havia-se encontrado meios de defender o açúcar baiano.

solicitou ao marquês, por meio do bispo d. Pedro da Silva, que aceitasse os termos propostos por Nassau, e interrompesse a guerra aos canaviais. Durante o segundo semestre de 1640, pouco antes da aclamação de D. João IV, Montalvão concordou em abrir as negociações, mas apenas como um meio de executar a tentativa de suborno do conde de Nassau. Em verdade, não havia intenção, de sua parte, em suspender o “incendiarismo”, e continuou a enviar campanhistas a Pernambuco durante aquele período. (MELLO, 2006, p. 118).

O vice-rei, portanto, representava aos moradores da Bahia uma ameaça ao sucesso da transição dinástica e às possibilidades de apaziguamento da guerra com o Brasil Holandês. Em outra de suas primeiras cartas à D. João, a Câmara fez questão de lembrar a queima de engenhos do ano anterior, mais os “17 anos que correm as perdas e inquietações causadas de tão usadas penas”.<sup>18</sup> Como se viu, não apenas devido à destruição causada pelo confronto, mas também pela elevação no preço dos fretes, devido à insegurança no transporte marítimo. Sendo assim, apesar da hábil e bem sucedida condução da aclamação joanina e deportação das companhias castelhanas de infantaria, Montalvão ainda significava um possível obstáculo à pacificação, e ninguém correu em sua defesa quando surgiu Vilhena, com a carta régia que, como precaução, ordenava sua deposição caso tivesse permanecido leal a Madrid. Note-se, aliás, que a deposição do vice-rei não interrompeu os dez dias de festa em homenagem ao novo monarca.

Apesar do acordo luso-neerlandês que resultou na assinatura da trégua, em junho de 1641, a expectativa de pacificação seria traída pelos acontecimentos. Com a conquista de Angola, São Tomé, Sergipe e Maranhão pelas forças da WIC, rompeu-se a principal linha de fornecimento de escravos para as colônias portuguesas, inviabilizando qualquer via de apaziguamento. Quando Antônio Teles da Silva chegou a Salvador, em setembro de 1642, para governar o Estado do Brasil no lugar deixado por Montalvão, suas iniciativas no sentido da articulação do levante pernambucano e reabertura do conflito encontraram ressonância entre os moradores da Bahia. Quando solicitou à Coroa um reforço de 1.000 soldados regulares para a guarnição soteropolitana, dizia ter o apoio da população: “os moradores, vendo quanto convém para segurança desta praça

---

<sup>18</sup> Carta da Câmara de Salvador a D. João IV, 16/02/1641 (AHMS, Cartas do Senado, lv. 1, fl. 12v).

haver três mil homens, eles mesmos se querem fintar [tributar] para a sustentação deles, pelos meios mais suaves, de que ficam tratando”.<sup>19</sup>

Enquanto isso, é bem plausível que a postura da Câmara tenha influenciado a lealdade das capitânicas da Repartição do Sul. Sobretudo, o Rio de Janeiro, centro político e econômico daquelas povoações, seria o segundo pilar da adesão à monarquia bragantina entre as colônias sulamericanas. Salvador Correia de Sá soube da Restauração pelos avisos do vice-rei e da Câmara soteropolitana, antes que lhe chegasse o correio de Portugal. Decidir em favor de Madri, portanto, implicava em confronto com a Bahia, que estava fortemente armada, antes mesmo de exigir o desconhecimento de uma ordem de D. João.<sup>20</sup> Segundo Evaldo Cabral, a opção pela metrópole lusitana era também um reflexo do rápido desenvolvimento da economia açucareira fluminense, depois que a ocupação de Pernambuco pela WIC expulsou colonos, escravos e capital comercial empregados ali para outras capitânicas. Enquanto isso, o fluxo da prata de Potosí estava em decadência desde a década de 1620, o que plausivelmente seria uma tendência perceptível a pessoas como Salvador de Sá e seus associados, que então teriam optado pelo açúcar, e portanto por Lisboa (MELLO, 1998, p. 390). Ainda assim, a resistência ao rompimento da união ibérica foi aparentemente elevada, ao que indica a “década de cólera” pela qual atravessaria a relação entre governo e moradores da Guanabara (FIGUEIREDO, 2004). Todavia, os ângulos políticos e econômicos da aclamação joanina no Rio de Janeiro certamente merecerão um estudo próprio, que não este.

### **Referências bibliográficas:**

ALENCASTRO, L. F. D. **O trato dos viventes**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

BOXER, C. R. **Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686**. Londres: Athlone, 1952.

\_\_\_\_\_. **The Dutch in Brazil**. Oxford: Clarendon, 1957.

---

<sup>19</sup> AHU, Bahia, série Luísa da Fonseca, n. 976.

<sup>20</sup> Com o que se pode ver o vínculo açucareiro entre Salvador e Lisboa tornava-se mais intenso que a articulação luso-platina produzida durante a União Ibérica, com força o suficiente para sustentar a autonomia portuguesa contra a mesma. A articulação econômica dos impérios português e castelhano havia sofrido com a queda na mineração da prata e as derrotas do comércio português no Oriente para a concorrência. Veja-se, ademais, (SCHWARTZ, 2008).

COSTA, A. A restauração de Portugal e o Marquês de Montalvão. **Revista do Instituto Geográfico Histórico da Bahia**, n. 67,

COSTA, F. D. **A guerra da restauração, 1641-1668**. Lisboa: Horizonte, 2004.

COSTA, L. F. **O transporte no Atlântico e a Companhia Geral de Comércio do Brasil (1580-1663)**. Lisboa: CNCDP, 2002.

COSTA, L. F.; CUNHA, M. S. D. **D. João IV**. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

FERLINI, V. L. A. **O Engenho Sergipe do Conde: contar, constatar, questionar**. 1980. Dissertação de mestrado, Univ. of São Paulo, São Paulo.

FIGUEIREDO, L. R. D. A. Equilíbrio distante: o Leviatã dos Sete Mares e as agruras da Fazenda real na província fluminense, séculos XVII e XVIII. **Varia Historia**, n. 32, p. 144-175, 2004.

FRANÇA, E. D. **O Portugal na época da Restauração**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FREITAS, J. P. D. **O combatente durante a Guerra da Restauração**. Lisboa: Prefácio, 2007.

JOYCE JR., J. N. **Spanish influence on Portuguese administration**. 1974. (Ph.D.). a study of the Conselho da Fazenda and Hapsburg Brazil, University of Southern California

LENK, W. **A idade de ferro da Bahia**. 2003. guerra, açúcar e comércio no tempo dos flamengos, 1624-1654, Unicamp, Campinas.

\_\_\_\_\_. **Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)**. 2009. (Tese de doutoramento). Unicamp, Campinas.

MAURO, F. **Portugal, Brasil e o Atlântico, 1570-1670**. Lisboa: Estampa, 1979. Disponível em: < IFCH >.

MELLO, E. C. D. **Olinda restaurada**. 2. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

\_\_\_\_\_. **Nassau: governador do Brasil holandês**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MONTEIRO, R. B. **O Rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

PITA, S. D. R. **História da América portuguesa**. São Paulo: Itatiaia, 1976.

PUNTONI, P. Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 68, p. 107-126, 2004.

RUY, A. **Historia política e administrativa da cidade do Salvador**. Salvador: Beneditina, 1949. Disponível em: < BC-CE >.

SCHWARTZ, S. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. Panic in the Indies: the portuguese threat to the spanish empire, 1640-50. **Colonial Latin American Review**, v. 2, n. 1-2, 1993. Disponível em: < BP (xerox) >.

\_\_\_\_\_. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. **Tempo [online]**, v. 12, n. 24, p. 201-223, 2008.

VALLADARES, R. **A independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006.

VIEIRA, A. **Por Brasil e Portugal: sermões comentados por Pedro Calmon**. São Paulo: Nacional, 1938.